



FORÇA

PORTUGAL!

PPD/PSD - CDS/PP

**10 RAZÕES
DE FORÇA**



Os candidatos a Deputados ao Parlamento Europeu pela coligação FORÇA PORTUGAL, que inclui o PPD-PSD, o CDS-PP e cidadãos independentes, apresentam-se ao eleitorado com as seguintes orientações.

10 RAZÕES DE FORÇA



"Para nós, eleger 24 Deputados portugueses ao Parlamento Europeu significa eleger 24 embaixadores do interesse nacional no quadro de uma Europa da solidariedade e da coesão que queremos reforçar."


João de Deus Pinheiro

10 RAZÕES DE FORÇA



Razão 1

FORÇA PORTUGAL, PARA GANHARMOS NA EUROPA.

A Entrada de Portugal na Comunidade Europeia foi um processo desejado pelos portugueses que mereceu um alargado consenso na sociedade portuguesa e que contou, desde a primeira hora, com o apoio determinado do PPD-PSD e do CDS-PP.

Empenhamo-nos na construção de uma Europa mais eficaz, mais justa e mais coesa. Uma Europa que acaba de assistir ao maior alargamento da sua História, o que só foi possível com a vitória da democracia e da



liberdade e com o **derrubar do muro de Berlim** e do império soviético.

O nosso apoio ao alargamento e a nossa opção europeia foram ditados pela adesão ao objectivo de garantir a paz e reforçar a segurança, pela evidência das vantagens da concretização do mercado interno, pelo acerto da nossa integração no espaço civilizacional a que pertencemos, mas também pela certeza de que só na Europa estamos **em condições de proporcionar aos portugueses caminhos seguros de desenvolvimento e progresso**, de promoção do seu nível e da sua qualidade de vida.

Não somos, pois, ingénuos. Para além do interesse comum, que a todos cumpre defender, há interesses nacionais legítimos que importa acautelar.

Por isso, para nós, eleger **24 Deputados portugueses** ao Parlamento Europeu deve significar eleger 24 embaixadores do interesse nacional no quadro de uma



Europa da solidariedade e da coesão que queremos reforçar.

Eleger Deputados ao Parlamento Europeu não pode nem deve constituir um exercício para premiar carreiras ou para ocupar uma colecção de vedetas. No **Parlamento Europeu**, como nas outras instituições europeias, **precisamos de gente que trabalhe por Portugal**, com **coragem**, espírito de entrega e determinação.



Razão 2

UNIDOS NA DIVERSIDADE.

A coligação FORÇA PORTUGAL valoriza a especificidade de cada país, de cada identidade nacional, de cada língua, de cada cultura, e entende a Europa na projecção dos nossos valores e do interesse comum.

Na coligação FORÇA PORTUGAL, **temos a consciência** de que o que nos une, em prol do interesse nacional, é mais importante do que aquilo que nos distingue enquanto partidos.



É assim que no espaço europeu, como já acontece no plano nacional, vamos estreitar esforços, em nome de Portugal: **potenciando a nossa acção** e a nossa **intervenção em diferentes estruturas**, órgãos e grupos políticos no Parlamento Europeu, de acordo com os valores e programas que defendemos.

Tal como o Governo de Portugal, e em saudável articulação, lutaremos intransigentemente para que se **previna a fractura social na Europa**, entre os que mais têm e os mais carenciados. Procuraremos responder às características de todos os grupos sociais e acautelar as especificidades do nosso País.

10 RAZÕES DE FORÇA



Razão 3

POTENCIAR A ESTRATÉGIA DE LISBOA: MAIS E MELHOR EMPREGO.

A economia deve estar ao serviço do Homem.
O emprego não é apenas uma garantia de prosperidade,
mas também a melhor **salvaguarda contra a pobreza e a
exclusão social.**

A **taxa de desemprego** em Portugal é inferior à
média comunitária, mas isso não deve servir de pretexto
para deixarmos de combater este flagelo, quer por razões
sociais, quer por razões económicas.



Permitir o crescimento sustentado da economia, prevenir derrapagens orçamentais e financeiras, reformar os mercados de trabalho e investir no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida, são prioridades da nossa política.

Sabemos que a **competitividade é essencial para um bom desempenho económico**. Para habilitar a Europa a adaptar-se à globalização da economia e a alcançar os seus objectivos económicos, sociais e ambientais, necessitamos de melhorar a competitividade europeia.

Damos prioridade à investigação enquanto elemento fundamental da competitividade e defendemos **o seu reforço**. Pugnaremos por uma política europeia de apoio à investigação que nos permita aproximar dos níveis de investimento que se verificam nos EUA e no Japão.

A economia baseada no conhecimento, proposta pela «**Estratégia de Lisboa**», não se compadece com a



simples declaração de boas intenções que a caracterizou no ano de 2000: tem de passar a assentar em bases decididas, pragmáticas e realistas no espaço europeu.

Não esqueçamos também que as **pequenas e médias empresas são o motor da economia europeia**. Mais de 99% das empresas da UE são PME, responsáveis por 66% do emprego, contribuindo para o crescimento económico.

Devemos, pois, encorajar a formação de novas **empresas**, reduzindo os obstáculos jurídicos, facilitando o acesso ao capital de risco e de arranque, promovendo e incentivando o **empreendedorismo**.

E defenderemos uma estrita revisão das condições em que certas empresas multinacionais podem beneficiar de apoios europeus, por forma a evitar uma posterior **deslocalização** das suas unidades.

10 RAZÕES DE FORÇA



Defendemos ainda uma atenção constante à **formação profissional** e à **qualificação dos recursos humanos** e à sua compatibilização no quadro dos países membros. Entendemos que, além dos Estados, **também as empresas devem mobilizar-se neste sentido**, muito em especial no que toca ao seu papel promotor de I&D. E que alguns instrumentos europeus, como os programas **Leonardo, Erasmus, Erasmus Mundus**, ou a **Declaração de Bolonha**, devidamente postos em prática, podem proporcionar passos decisivos nesse sentido.

Consideramos também, sobretudo no quadro de uma União alargada, que as **ligações rápidas e eficientes de transportes** não só favorecem a circulação de pessoas e bens como terão um forte impacto sobre a competitividade da economia europeia. Hoje, já quase metade do tráfego de mercadorias e passageiros se processa através das redes **transeuropeias de transportes** que necessitam de ser ampliadas.



Razão 4

MAIS SEGURANÇA, LIBERDADE E JUSTIÇA.

A recente emergência do terrorismo internacional no espaço europeu, torna mais necessário ainda o **reforço da cooperação** dentro da União Europeia.

Por outro lado, na criminalidade organizada, no branqueamento de capitais, no tráfico de droga e de armas e no tráfico de seres humanos, assistimos a um inquietante **aumento do crime transnacional**.

Impõe-se, assim, reforçar a nossa segurança



colectiva, de forma a podermos assegurar o respeito pelas nossas liberdades.

Por isso temos sempre sublinhado que a construção de um **Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça**, exige que cada uma destas componentes seja valorizada sem secundarizar as demais.

No controlo eficaz de fronteiras externas mais seguras, no aperfeiçoamento e melhoria dos mecanismos de controlo rigoroso no espaço Schengen, nas políticas de imigração e de asilo, na cooperação policial e judiciária, no reconhecimento de sentenças, na criação do mandado de captura europeu, na firmeza da luta contra o terrorismo, já muitos passos se deram, mas **importa concretizar e cumprir os compromissos estabelecidos na Cimeira de 1999 em Tampere.**



Razão 5

A EUROPA DAS PESSOAS.

Para nós, a **Europa não é apenas a Europa das mercadorias, dos capitais e dos serviços**. Queremos que ela seja sobretudo a **Europa das pessoas**, a Europa dos cidadãos, livre, responsável e solidária.

Para além da promoção do emprego e da cidadania europeia, haverá que dar atenção ao combate à **exclusão social**, à protecção da **família**, como núcleo essencial da nossa sociedade, à **defesa do consumidor**, à **saúde e ao ambiente e qualidade de vida** e ao respeito e **integração dos deficientes**, aos quais deverá também ser reconhecida a igualdade de oportunidades.



- As expectativas dos jovens devem ser objecto de uma renovada atenção não apenas através do programa Juventude e dos programas de intercâmbio, mas designadamente no que concerne à integração na vida activa e à sua formação profissional.

Há que assegurar uma elevada qualidade de vida aos **idosos e reformados**, que representam uma parte crescente da população. Os extraordinários avanços da ciência em geral e da medicina em particular permitem-nos viver cada vez mais. Mas não basta viver mais tempo, temos a obrigação de criar condições para que todos vivam melhor! E urge adoptar políticas, quer na saúde, quer na segurança social, que garantam a indispensável **sustentabilidade do apoio social**.

A promoção da **igualdade de oportunidades** para **as mulheres** e a eliminação de todo o tipo de discriminação, deve ser prosseguida através das políticas comunitárias. É essencial adoptar medidas concretas, tendo em vista



proporcionar uma **melhor conciliação entre a vida profissional** e a vida familiar.

A **função social e educativa do desporto**, enquanto factor de integração e participação na vida social e meio de promover a tolerância, o desportivismo, a saúde e a qualidade de vida, o respeito pelas regras e pelas diferenças, bem como combater a exclusão, a xenofobia e o racismo, deve ser mais realçada e mais aproveitada.

- E num mundo onde as **ameaças à saúde** ultrapassam as fronteiras (BSE, pneumonia atípica, gripe das aves, etc.) há que **reforçar os controlos alimentares e sanitários**.

A criação da **Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos** foi um importante primeiro passo no bom sentido. Mas muito há ainda a fazer para proporcionar à Europa alimentação mais saudável, reforçando as normas e os controlos de segurança, assegurando o controlo ao longo de toda a cadeia alimentar.



- **Na UE, os cidadãos vivem mais tempo** e de acordo com estilos de vida mais saudáveis do que nunca. Porém, uma em cada cinco pessoas ainda morre prematuramente, frequentemente devido a doenças susceptíveis de serem prevenidas e continuam a subsistir desigualdades perturbadoras em matéria de saúde entre as várias classes sociais, ao mesmo tempo que **emergem novos riscos para a saúde, especialmente doenças transmissíveis**. Surgem, assim, novos desafios de saúde pública.

Defendemos, por isso, a aplicação de um vigoroso **Programa de Saúde Pública na UE**, melhorando a informação e o conhecimento dos dados de saúde pública, reforçando a capacidade de resposta rápida a ameaças à saúde e abordando os vários determinantes da saúde, estimulando a profilaxia, com regimes alimentares equilibrados e hábitos de vida saudáveis.

- **Desastres e catástrofes naturais recentes** (secas, inundações e tempestades) geraram sérias preocupações



a respeito das **repercussões das alterações climáticas**. Do mesmo modo, o naufrágio do Erika ao largo da costa francesa e, depois, o do Prestige, puseram em evidência a necessidade de reforçar o sistema de responsabilidade ambiental. Iremos combater com determinação a navegação irresponsável, com um apoio eficaz à capacidade de **fiscalização marítima**.

Urge assim, em nome da vida dos cidadãos europeus e das gerações futuras, adoptar medidas no combate às alterações climáticas, na **melhoria da qualidade ambiental das áreas urbanas** (80% da população vive em áreas urbanas e está sujeita a perturbações contínuas, como ruído, poluição do ar, tráfego, detritos, alergias e stress, que afectam a saúde pública) e na **promoção de novas fontes de energia renováveis**, paralelamente ao reforço das medidas legislativas de defesa do meio ambiente, da concretização eficaz do princípio do poluidor/pagador e de **responsabilização dos infractores**.



Razão 6

UMA EUROPA SOLIDÁRIA.

Não aceitamos uma Europa desigual.

Queremos uma Europa solidária que não se afaste dos compromissos consagrados no Tratado da União Europeia, de prosseguir a coesão económica e social.

Não queremos uma Europa em que, beneficiando das sinergias do mercado único, da sua capacidade económica e da sua localização geográfica, uns fiquem cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres e periféricos.

10 RAZÕES DE FORÇA



Não queremos uma Europa que solenemente proclama no próprio Tratado e depois **tarda em dar conteúdo concreto, uma atenção especial às Regiões Ultraperiféricas (RUP)**, reconhecendo a sua situação social e económica específica, agravada pelo afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos.

Empenhar-nos-emos no reforço do tratamento especial que a UE deve proporcionar às RUP, de forma a permitir uma justa integração nas dinâmicas fortemente competitivas do grande mercado interno e do alargamento.

Rejeitamos, sobretudo, fórmulas e mecanismos, designadamente artificios estatísticos que, de forma perversa, pretendem que sejam os menos prósperos dos actuais 15 (os países da coesão) a pagar a factura do alargamento. Não abrandamos no objectivo de **prosseguir o esforço de aproximação aos mais ricos e desenvolvidos.**



O alargamento inscreve-se no grande objectivo fundador da comunidade, a **Preservação da Paz na Europa** e obrigará a um esforço de solidariedade, em que todos os Estados devem participar em função das suas capacidades.

Não aceitamos por isso qualquer tentativa de renacionalizar as políticas de coesão, ou a redução do orçamento comunitário a valores que comprometam a prossecução das políticas previstas nos Tratados. Todos os Estados-Membros têm de perceber que os meios que pusermos ao dispor da União têm de estar à altura e serão sinal das ambições que temos para a Europa Comunitária.



Razão 7

APOIAR A AGRICULTURA E AS PESCAS.

Não pode ser ignorada a especificidade da agricultura portuguesa onde predomina a pequena e média exploração, de natureza marcadamente familiar e de que, em grande parte, depende a ocupação equilibrada do território.

Apoiamos a orientação das sucessivas **reformas da Política Agrícola Comum**, mas consideramos que ela tem de assegurar um nível adequado de rendimento aos agricultores, assim como a continuidade da actividade.



produtiva, especialmente nas regiões periféricas e desfavorecidas, onde existe maior risco de desertificação e de desemprego. Defendemos, assim, o aprofundamento do 2º pilar da PAC, apostando numa **ampla política de desenvolvimento rural mais consistente e substancialmente reforçada**, estimulando a multifuncionalidade e as actividades rurais conexas, promovendo o emprego e garantindo o desenvolvimento harmonioso do espaço rural.

Nas negociações da **Organização Mundial do Comércio**, que decorrerão durante parte significativa da próxima legislatura europeia, lutamos por acautelar o interesse da agricultura portuguesa e europeia e de **reforçar a protecção a marcas e denominações de origem** que a OMC pouco tem defendido, designadamente no que se refere ao Vinho do Porto e ao Vinho da Madeira.

No âmbito das **Pescas**, haverá que promover uma sã cooperação entre entidades europeias e nacionais e assegurar uma eficaz fiscalização para que **as regras sejam**



respeitadas por todos e se combatam os predadores que destroem os recursos. Só com a regeneração destes, haverá mais peixe e mais rendimento para os pescadores. Conscientes da tradicional importância da pesca na nossa identidade e economia, seremos firmes defensores do equilíbrio racional entre a nossa capacidade produtiva e o ajustamento das quotas nacionais, evitando a sua redução sistemática.

A União Europeia deverá continuar a negociar e estabelecer **acordos de pesca** com países terceiros, fundamentais ao abastecimento dos nossos mercados e à ocupação da nossa frota. Deverá igualmente ser promovida a aquacultura como fonte crescentemente alternativa de produção de pescado, a qual deverá respeitar padrões elevados de qualidade e segurança alimentar.



Razão 8

SEGURANÇA, DEFESA E ACÇÃO EXTERNA: UMA UE CREDÍVEL.

Para estar à altura das suas responsabilidades em matéria de segurança internacional e conquistar uma posição forte na cena política internacional, a **política externa europeia** precisa de se dotar de instituições que lhe permitam falar a uma só voz. Nesse quadro, a criação, na proposta de Tratado Constitucional, da função de **Ministro dos Negócios Estrangeiros Europeu**, com dupla ligação ao Conselho e à Comissão, pode vir a revelar-se útil, sobretudo no contexto do respeito pelo princípio da igualdade dos Estados e do método comunitário.



A nossa prioridade no domínio da PESC passa por intensificar as parcerias estratégicas da UE, dando ao mesmo tempo maior ênfase à segurança colectiva e à necessidade de nos adaptarmos às novas ameaças à segurança.

Estabelecer uma zona de paz e estabilidade no continente europeu é uma prioridade estratégica que inclui a preocupação com a paz, prosperidade e estabilidade no Sudeste da Europa, a intensificação da cooperação com os novos vizinhos da União alargada (Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia) e o aprofundamento da cooperação com a Rússia, especialmente em questões de grande interesse mútuo, como a partilha da prosperidade, a democratização, a política de segurança, fornecimentos de energia, de transportes, de segurança nuclear ou a luta contra a criminalidade organizada e a corrupção.

Importa imprimir um **novo impulso** ao nosso relacionamento com os países vizinhos do Mediterrâneo,



no âmbito do **processo de Barcelona**, designadamente através da criação de uma assembleia parlamentar euro-mediterrânica, dando ênfase à democracia e ao respeito do primado do Direito, ao desenvolvimento económico e social e à intensificação do diálogo cultural.

O desenvolvimento dos laços transatlânticos e o reforço da cooperação no seio de uma comunidade estratégica transatlântica é **essencial** para garantir a **estabilidade, a segurança e a prosperidade** no mundo. Desejamos uma maior aproximação de pontos de vista estratégicos, designadamente pelo **reforço da NATO** e pelo desenvolvimento das capacidades militares europeias. As relações UE-EUA devem ser promovidas através de um projecto que valorize, simultaneamente, as dimensões política e económica da parceria.

Daremos especial atenção à relação entre a UE e **África**, onde Portugal pode e deve **constituir uma mais valia pela sua experiência e pelas suas relações**.

10 RAZÕES DE FORÇA



Para além do relacionamento especial que todos os povos que partilham connosco a mesma língua desejam ter com Portugal, estes procuram também (e legitimamente) uma relação forte e duradoura com a Europa. Temos o dever de, também aí, sermos um braço amigo, um conselheiro disponível, um embaixador dos seus valores, culturas e interesses. Não esquecemos que a UE é o maior **dador internacional de ajuda ao desenvolvimento**, num mundo onde mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e onde parte significativa da população mundial se debate diariamente com carências alimentares, de educação e de medicamentos.

Para além do reforço das relações com a **China**, como parceiro estratégico em crescimento, e com os países da **ASEAN** e a **Índia** (como maior democracia do mundo e factor de equilíbrio geopolítico), daremos especial destaque à **América Latina**, através do reforço da agenda política e de um processo de associação pleno, com novos acordos com o Mercosul, a Comunidade Andina e o México.

10 RAZÕES DE FORÇA



Andina e a América Central, tendo em vista apoiar a estabilidade, a prosperidade e o primado da lei na região. A União Europeia tem de aprofundar uma **"Estratégia de Segurança Europeia"** como resposta construtiva à Estratégia de Segurança Nacional que a administração norte-americana tornou pública em Setembro de 2002, sendo certo que já não são exclusivamente os conflitos entre os Estados que ameaçam a paz internacional, mas a ameaça terrorista, o tráfico de droga e de armas e a conflitualidade regional.

Essa estratégia tem ainda de abordar as relações entre a NATO e a União Europeia. O conceito **européu na área da defesa** tem de estar estreitamente associado à **NATO**, em espírito de articulação e não de rivalidade; numa lógica de complementaridade e não de concorrência. A NATO é essencial para a segurança da Europa e constitui o eixo do nosso sistema de Defesa colectivo.



Razão 9

COMBATER O DÉFICE DEMOCRÁTICO.

Importa reconhecer que a maior parte dos nossos concidadãos não sabem que **a sua cidadania nacional** **acresce a europeia** e, sobretudo, não a sentem nem a vivem.

Isso tem sido particularmente sentido nas baixas **taxas de participação nas eleições** para o **Parlamento Europeu**. Se é certo que isso decorre também das circunstâncias indesejáveis de calendário que nos propomos tentar alterar, obriga a seriedade que se reconheça que é expressão de uma **distância** que urge



colmatar entre as questões europeias e a maioria dos nossos concidadãos.

Há que mobilizar a sociedade portuguesa para este esforço de informação e transparência, tornando mais próximo dos cidadãos os dossiers comunitários. Os Deputados eleitos pela **FORÇA PORTUGAL** lançarão um **convite público** ao governo português, à Assembleia da República, aos parceiros sociais, às autarquias locais, aos professores e escolas, às organizações não governamentais e à comunicação social **para um conjunto de iniciativas de divulgação e esclarecimento**, para que não se persista na ideia de que apenas em ano de eleições europeias se fala da Europa e da nossa afirmação nas suas instituições.

Neste quadro, parece útil atribuir um papel nuclear à **articulação com a Assembleia da República**, garantindo um melhor acompanhamento dos dossiers comunitários e assegurando que o parlamento nacional, em tempo útil, desenvolve um importante papel sobretudo nas políticas

10 RAZÕES DE FORÇA



que mais se relacionam com áreas de reserva nacional. De igual modo, reconhecendo, porém, que essa é uma competência dos órgãos de soberania nacional, manifestamos o nosso entendimento que é **desejável submeter ao voto dos portugueses** por via referendária a opção política do nosso envolvimento nesta nova fase da construção comunitária.

10 RAZÕES DE FORÇA



Razão 10

A IMPORTÂNCIA DO TRATADO.

Para que a nossa União funcione com eficácia e prossiga as políticas comuns, é necessário que tenha **capacidade de decisão** com regras claras e transparentes.

Não queremos uma Europa governada por um directório de "grandes", impondo aos restantes as suas regras e orientações.

Deve ser assim viabilizado um Tratado Constitucional, onde os princípios da igualdade e da solidariedade entre



os Estados sejam respeitados, o método comunitário seja salvaguardado, os Estados-Membros continuem a ser a autoridade constitucional com capacidade para modificar os tratados e se reforce o **princípio da subsidiariedade**, segundo o qual o poder deve ser exercido o mais perto possível dos cidadãos.

Sendo certo que há competências que podem e devem ser reforçadas no plano europeu, há concerteza áreas que podem e devem ser exercidas, com vantagem, ao nível dos Estados-Membros.

Com melhorias que devem ser introduzidas pela Conferência InterGovernamental, o meritório trabalho da **Convenção para o Futuro da Europa** deve permitir um acordo a 25.

Há que **simplificar os tratados**, agilizar o sistema de decisão e pôr fim ao absurdo e ultrapassado sistema de pilares.



E queremos também uma Europa que valorize as identidades nacionais.

Não subscrevemos propósitos uniformizadores, que visem eliminar ou diminuir uma das mais valias que temos: **a nossa diversidade cultural e linguística.**

Reclamando-nos da **Europa das Culturas**, não defendemos a definição de uma política europeia de educação ou uma política europeia de cultura. Somos a favor da **troca de experiências**, do intercâmbio e da entreajuda, mas valorizando a especificidade e a identidade de cada qual.

A Europa deve valorizar as culturas, não apenas na **perspectiva** da economia baseada no conhecimento, mas ainda quanto à riqueza inesgotável que elas representam na sua multiplicidade, quanto ao papel que lhes cabe como factor de desenvolvimento da pessoa humana, de desenvolvimento e transformação social e



de criação de emprego, quer ainda na perspectiva de um conhecimento mútuo mais aprofundado dos povos que a integram.

Defendemos também a manutenção do multilinguismo e do Português como língua oficial. Para além do facto do Português ser a terceira língua europeia de comunicação universal, com cerca de 200 milhões de falantes no mundo, **é essencial que os cidadãos possam aceder à informação e participar na construção europeia na sua própria língua.**

www.forportugal.net

